



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 7

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA CINCO DE ABRIL

DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **António Manuel Prates Canelas**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção dos prédios situados na Quinta de São Luís, em Cabeção, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1202 da freguesia de Cabeção, inscritos na matriz predial urbana sob

os seguintes artigos e características:-----

- **Artigo 1031**, Freguesia de Cabeção: Com área de implantação de 218,00 m2, de construção de 368,00 m2, inscrito na matriz em 1970. -----

- **Artigo 1402**, Freguesia de Cabeção: Com área de implantação e de construção de 47,00 m2, inscrito na matriz em 1983. -----

Sendo assim, verifica-se que os imóveis terão sido construídos em data anterior à da entrada em vigor do **Plano Diretor Municipal**, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e as respetivas licenças de utilização à data da sua construção, pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** ----

----- **Ponto - um: CORPO NACIONAL DE ESCUTAS AGRUPAMENTO 743 –**

MORA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO: Presente informação da **Divisão Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de **Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18.-----

Face ao pedido apresentado pelo **Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento**

743 - Mora, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **500€**, destinado a custear parte das despesas com o **plano de actividades para 2017**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **500,00€, quinhentos euros**, ao **Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 743 - Mora**, destinado a custear parte das despesas com o **plano de actividades para 2017** ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor. ----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor **2.158.821,65 €, dois milhões cento e cinquenta e oito mil oitocentos e vinte e um euros e sessenta e cinco centimos**, e **Dotações não Orçamentais** no valor de **52.373,76 €, cinquenta e dois mil trezentos e setenta e três euros e setenta e seis centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **22.140,12 €, vinte e dois mil cento e quarenta euros e doze centimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão**

Administrativa e Financeira enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**.----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **84.445,47€**, **oitenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos**. -----

----- **Ponto três - quatro: TRANSMISSÃO DE VIATURA PARA A ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER DE VEÍCULO LIGEIRO DE PASSAGEIRO:**

Presente informação da **Secção Administrativa** enviando para deliberação, requerimento em nome de **António José Milheiras Casimiro**, solicitando autorização para transmissão de viatura matricula, 71-BS-31, relativa a atividade de **transporte de aluguer**, para o nome de **Fábio Miguel Nunes Godinho**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade deferir o pedido de autorização para transmissão de viatura matricula, 71-BS-31, relativa a atividade de transporte de aluguer, para o nome de **Fábio Miguel Nunes Godinho**. -----

----- **Ponto três - cinco: LICENÇA DE ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIRO DE PASSAGEIROS:**

Presente informação da **Secção Administrativa** enviando para deliberação, requerimento, solicitando licença para exercício da atividade de Táxi, em nome de **Fábio Miguel Nunes Godinho**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade deferir o pedido de licença para exercício da atividade de Táxi, em nome de **Fábio Miguel Nunes Godinho**. -----

----- **Ponto três - seis: SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO:** Presente informação da **Secção Administrativa - Setor de Recursos Humanos** enviando para deliberação requerimento em nome do trabalhador **José Joaquim Marques Rama-**

Iho, solicitando subsídio mensal vitalício para o seu filho **Luís Eduardo Ventura Ramalho**, a partir dos 24 anos (14/04/2017). -----

Junta-se à presente informação declaração passada pelo médico especialista da doença em causa, de que o descendente é portador e como se encontra impossibilitado de prover a sua subsistência pelo exercício de atividade profissional. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma J.A.V. - Materiais de Construção, Lda., a Execução da Empreitada de "Regularização de Pavimentos do Salão de Festas de Brotas", pelo valor de 6.627,22 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, abrir Procedimento Tipo por Ajuste Direto para Aquisição de Bens Móveis com a designação de "Fornecimento de Energia Elétrica em BTE para o ano 2016 (acerto de contas)", considerando que o preço base (22.000,00€) se encontra dentro dos limiares estabelecidos para o efeito. -----

Mais determinou que seja convidada a apresentar proposta uma só entidade, a empresa HEN - Serviços Energéticos, Lda., no seguimento do contrato estabe-

lecido anteriormente com a empresa para fornecimento de bens com a designação "Lote 2 - Fornecimento em Baixa Tensão Especial (BTE) para o ano de 2016". No mês de janeiro de 2017 a entidade EDP Distribuição, S.A. procede às leituras finais das instalações BTE sendo necessário proceder ao "Acerto de Contas" na importância mencionada. -----

Nestas condições não haverá lugar à designação de júri (artigo 67.º do CCP) e não será exigível a prestação de caução (artigo 88.º do CCP). -----

Determinou ainda que o prazo para o fornecimento de bens seja de 15 (quinze) dias e que o prazo para a apresentação de propostas seja de 15 (quinze) dias. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda., a Contratação do Espetáculo para o 25 de Abril, pelo valor de 14.950,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco: PRÉMIO JOVEM CIENTISTA DO ANO DE 2016:** Presente informação do Fluvial de Mora informando que como já vem sendo habitual e no âmbito do Núcleo de Investigação do Fluvial de Mora, foi lançado novo concurso ao "Prémio Jovem Cientista do Ano de 2016". -----

Depois de abertas as 15 candidaturas e de analisadas as contribuições dos 24 elementos do júri que participaram nesta edição do Prémio Jovem Cientista, o vencedor foi o Dr. Bruno Martins Carreira, que se apresentou a concurso com a publicação científica "Warm vegetarians? Heat waves and diet shifts in tadpoles" publicado na revista Ecology, 97(11), 2016, pp. 2964-2974.-----

Deste modo, e de acordo com o Regulamento do Núcleo de Investigação, propõe-se a atribuição ao vencedor de um prémio monetário no valor de **500, 00€, quinhentos euros**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder um prémio monetário no valor de **500,00€, quinhentos euros** ao **Dr. Bruno Martins Carreira**, vencedor do novo concurso ao "**Prémio Jovem Cientista do Ano de 2016**", ao abrigo do disposto na alínea u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor e de acordo com o **Regulamento do Núcleo de Investigação**. -----

O **Crédito Agrícola Mútuo Moravis**, patricionará este prémio com a atribuição na íntegra desse mesmo valor. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA TRANSPORTES**: Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Agrupamento de Mora do Corpo Nacional de Escutas**, para uma deslocação à Quinta da Regaleira, em Sintra no próximo dia 21 de Maio (ofício em anexo); -----

- **Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas**, no dia 27 de Junho, para apoio na deslocação a Santarém para uma atuação (email em anexo); -----

- **Grupo de Cantares “As Cachopas”**, no dia 8 de Julho, para uma deslocação ao Feijó (email em anexo).-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de trans-

porte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - quatro: APROVAÇÃO RELATÓRIO AVALIAÇÃO ANO 2016 - ESTATUTO DIREITO OPOSIÇÃO:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que de acordo com o artº 10.º da Lei Nº 24/98, de 26 de Maio, propõe a aprovação do Relatório de Avaliação do ano de 2016 do Estatuto do Direito de Oposição. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Avaliação do ano de 2016 do Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o artº 10.º da Lei Nº 24/98, de 26 de Maio. -----

----- **Ponto - seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente. -----

----- **Ponto - sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e vinte minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-